



Abaixo-assinado

Indignação, protesto e Luta

Passados 13 anos sobre o último aumento salarial, ao longo dos quais o poder de compra se degradou de forma significativa, **os trabalhadores do Município de Alcanena**, consideram inaceitável que o governo PS insista em adiar, sistematicamente, a resolução das graves dificuldades com que se debatem os trabalhadores da Administração Pública – e os da Administração Local em particular –, que estão na linha da frente da resposta às necessidades das populações e garantem as Funções Sociais do Estado, exigindo, por isso, respeito pela sua dignidade profissional e soluções concretas para os seus problemas.

As medidas contidas no OE2023 são de uma gritante injustiça e manifestamente insuficientes, não respondendo aos problemas concretos dos trabalhadores a que se soma a obsessão do governo PS por “contas certas” que conduzem ao empobrecimento de trabalhadores, reformados e pensionistas; à precariedade, que afeta sobretudo os jovens; e à degradação das condições de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública.

As alterações do sistema retributivo dos trabalhadores da Administração Pública, apenas concretizam mais empobrecimento generalizado dos trabalhadores em contraposição com a desavergonhada engorda da riqueza e lucros dos grandes interesses económicos.

Mais pobreza por conta de um acordo tripartido (Governo, UGT, patrões), à revelia de um conjunto de estruturas de trabalhadores, onde governo PS continua a política de “remendar” a Tabela Remuneratória Única (TRU) e as tabelas indiciárias, cada vez mais injustas, tecnicamente caóticas e ilegais, já que violam a proporcionalidade que a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas impõe.

Havia e há espaço e condições para negociações sérias, de reposição do poder de compra dos que trabalham e, designadamente, para:

- No imediato, aumento dos salários em 10%, no mínimo de 100,00€ para todos os trabalhadores, fixação do SMN nos 850€ e aumento do subsídio de refeição para 9,00 €;
- A correção da Tabela Remuneratória Única;
- A revogação do SIADAP, substituindo-o por um sistema avaliativo equitativo, justo e sem quotas;
- O descongelamento efetivo das promoções e das progressões remuneratórias, abrangendo todas as carreiras e todas as categorias;
- A reposição das carreiras e conteúdos profissionais específicos tal como existiam antes da revogação operada pela Lei n.º 12-A/2008;
- A reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias com acréscimo de 50 % na primeira hora e de 75 % nas seguintes, nos dias úteis, e de 100 % nos dias de descanso e feriados e reposição do descanso compensatório suplementar;
- A reposição do direito à indemnização devida por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional;
- A reposição da contribuição para a ADSE em 1,5 % sobre 12 meses;
- A regulamentação e aplicação correta do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco; do Suplemento de Disponibilidade Permanente e de Prevenção e Piquete;
- O respeito e promoção da negociação coletiva;

- O fim da precariedade e contratação de mais trabalhadores;
- A revogação das normas gravosas da legislação laboral;
- A reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
- As 35 horas, para todos;
- O pagamento do trabalho prestado pelos Bombeiros Sapadores e pelos Bombeiros Profissionais das Associações Humanitárias, fora do normal horário de trabalho;
- O direito à segurança e saúde no trabalho;
- A reposição da forma de cálculo das pensões e as condições gerais para aposentação ou reforma com 36 anos de serviço, independentemente da idade, salvaguardando regimes especiais consagrados com condições de acesso mais favoráveis;
- A reposição dos escalões do IRS existentes antes de 2011;
- A fixação de limites máximos no preço de bens e serviços essenciais e redução do IVA sobre a eletricidade e o gás para 6%; aumentar a tributação sobre os lucros das grandes empresas;
- A reversão do atual processo de transferência de competências;
- O reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

Ao invés, o governo PS optou por mais do mesmo e preparam-se para continuar a tirar onde já há muito pouco ou nada, negando, sob os falsos pretextos habituais, que há dinheiro para ir mais longe.

Neste contingente e no plano local, em particular, quanto ao respeito pela negociação coletiva e o direito à percepção do Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI), aos trabalhadores do Município de Alcanena, impõe-se manifestar repúdio, por um lado, quanto à ausência de resposta à proposta de celebração de ACEP remetida pela D.R. de Santarém do STAL, bem como, pelo reiterado incumprimento das normas que impõem a aplicação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade desde 01 de janeiro de 2021.

Assim, os trabalhadores do Município de Alcanena, presentes em plenário realizado em 8 de fevereiro de 2023, deliberaram por **unanimidade**, o presente abaixo assinado e, ademais, que a Comissão Sindical, em sua representação, o entreguem, em mão, ao Sr. Presidente da Câmara, exigindo ao Município respeito pelos trabalhadores, encetando, nesta confluência, negociações tendentes à celebração, também no Município de Alcanena, do Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP) e a imediata concretização dos procedimentos e formalidades tendentes à aplicação do suplemento remuneratório a que antes se alude, com retroativos a 2021 .

Alcanena, 8 de fevereiro de 2023.

Os trabalhadores,

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	

9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	

39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	